EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018
TIPO –MENOR PREÇO , COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO - MAIOR
PERCENTUAL DESCONTO POR LOTE, NA TABELA INDITEC.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

1 - PREÂMBULO (art. 40, caput da Lei 8.666/93).

1.1 –O Município de Uniflor-PR, através da Pregoeira e respectiva equipe de apoio (art.3º,IV,§§ 1º e 2º da 10.520/02) designada pela Portaria nº. 59/2018, de 23/03/2018, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal e de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002 e suas alterações e subsidiariamente com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislação aplicável, torna pública a realização de licitação, no dia 28/05/2018, às 09h30min, no Endereço Avenida das Flores, 118, Centro, modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**,objetivando a seleção de preços, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo – Menor Preço, com critério de julgamento de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**.

1.2 - O recebimento do Envelope **A**, contendo a Proposta de Preço, e Envelope **B**, contendo a Documentação de Habilitação, dar-se-á até as 09h00min, do dia 28/05/2018 no Setor de protocolo geral, no endereço acima indicado.

1.3 -Abertura da presente licitação dar-se-á, em sessão pública, no Endereço acima citado, às 09h30min, no dia 28/05/2018. (art. 4º, V, da 10.520/02).

2 - OBJETO (art. 40, I da 8.666/93 e art. 3º, II da 10.520/02)

2.1 -A presente licitação tem por objeto a para seleção de propostas no sentido de contratar empresa para futura e eventual fornecimento de medicamentos de A a Z, sendo esses medicamentos classificados como similares, Genéricos e Éticos, constantes na lista oficial de preços, editada pela empresa INDITEC para esta região, regulamentada pelo Ministério da Saúde, destinados à Secretaria Municipal de Saúde. Valor Máximo de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) para o lote 01 (Medicamentos Similares); Valor máximo de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) para o lote 02 (medicamentos Genéricos); Valor máximo de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) para o lote 03 (medicamentos éticos), conforme condições, especificações e estimativas de consumo constante no Anexo III e nos termos deste edital e seus anexos.

3-AQUISIÇÃO DO EDITAL (arts. 40, XVII e 32, § 5/ da 8.666/93 e art. 5º, caput, II e III da 10.520/02)

3.1 -O presente edital poderá consultado no setor de Licitações, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, no prédio da Prefeitura Municipal de UNIFLOR – PR, no endereço acima citado, ou no endereço eletrônico www.uniflor.pr.gov.br – processos licitatórios.

4 - CONDIÇÕES E RESTRICÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 40, VI da 8.666/93 e art. 3º, I da 10.520/02).

4.1 – DAS CONDIÇÕES:

4.1.1. Esta licitação está aberta a todas as empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão, nos seguintes termos:

a) somente as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei complementar nº 123/200, alterada pelas Leis Complementares nºs 128/2008 e 147/2014;

4.1.2–Atendam as exigências constantes neste edital e nos seus anexos, inclusive quanto a documentação requerida.

4.2.- DAS RESTRIÇÕES:

4.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/ 93 (art. 97 da 8.666/93);

4.3 – Concordataria ou com falência decretada;

5-FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES “A” E “B”, DA CARTA DE CREDENCIAMENTO (art. 40, VI da 8.666/93) E DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (art. 4º, VII da 10.520/02).

5.1 -Os envelopes “A” e “B”, contendo respectivamente a Proposta de Preço e Documentação de Habilitação, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, devidamente fechados, com o uso de cola, constando da face de cada qual, devidamente datilografado, os seguintes dizeres:

- a) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2018
ENVELOPE A – PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: _____ (nome da empresa)
CNPJ nº _____
- b) PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2018
ENVELOPE B – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPOENTES: _____ (nome da empresa)
CNPJ nº _____

5.2 -Só poderá deliberar em nome do licitante, formulando ofertas/ lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, legalmente identificado, ou pessoa física, credenciada por meio de Carta de Credenciamento ou documento equivalente, conforme modelo do Anexo III, outorgando poderes para formular propostas, fazer lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

5.2.1 - A Carta de Credenciamento referida no item 5.2 deverá ser entregue a Pregoeira, no momento da abertura da sessão pública.

5.3 - O proponente ou seu representante deverá apresentar a Pregoeira, no momento da abertura da sessão, DECLARAÇÃO dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos da habilitação, conforme modelo constante no Anexo II. (art. 4º, VII da 10.520/02).

5.3.1 - A não apresentação da DECLARAÇÃO exigida no item **5.3** resultará na desclassificação da empresa.

6- DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (arts. 40, VI; 27 e 32, § 1º da 8.666/93 e arts. 3º , 1 e 4º, XIII da 10.520/02).

6.1 -O Envelope “B”, contendo a documentação de habilitação:

6.1.1 -Para comprovação da habilitação jurídica: (art. 28 da 8.666/93 e art. 4º, XIII da 10.520/02).

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou ainda, consolidação do contrato social, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- f) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgãos da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante no Anexo IV. (art. 97 da 8.666/93).
- g) Declaração do proponente de que tomou conhecimento das características do pregão presencial, de acordo com o modelo constante no Anexo V.
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII art. 7º da Constituição Federal de 1988 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores) nos termos da Lei nº 9.854 de 27/10/996, conforme modelo constante no Anexo VI.

6.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal: (art. 29 da 8.666/93 e art. 4º, XIII da 10.520/02).

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto a ser cotado pelo proponente.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Prova de regularidade para a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria municipal da fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Termo de Serviço (FGTS) referida comprovação não poderá ser dispensada em nenhuma modalidade licitacional, nem, tampouco, nos procedimentos de dispensa e inexigência de licitação, por força do art. 195, § 3º, da C.F. e da Lei nº 8.883/94 que dispõe sobre FGTS e Lei nº 9.012, de março de 1995, que proíbe que as pessoas jurídicas em débitos com FGTS celebrem contratos de prestação de serviços ou realizem transação comercial de compra e venda com órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, bem como participar de concorrência pública).
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.1.3 -Para comprovação da qualificação técnica: (art. 30 da 8.666/93 e art. 4ª, XIII da 10.520/02).

- a) Certidão negativa dos cartórios de registro de falência e concordatas do local da sede do proponente.

- b) Licença Sanitária Municipal.
- d) Alvará de licença de funcionamento (Municipal).
- c) Certificado do Conselho Regional ou Federal de Farmácia.
- d) Autorização de funcionamento, emitida pela ANVISA/2018.

6.2 -A apresentação do Certificado de Registro Cadastral válido na data de abertura desta licitação, emitido pelo Sistema de Cadastramento Municipal, substituirá a apresentação dos documentos Habilitatórios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, excetuados as declarações exigidas no item **5.2**, **5.3** e nas alíneas “f”, “g” e “h” do item **6.1.1**. (art. 4º, XIV da 10.520/02).

6.3 -Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor público municipal mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial (art.32, caput da 8.666/93). Não será autenticado documentação por parte de servidor publico municipal no dia da realização do processo de licitação.

7 - PROPOSTA DE PREÇO (art.40, VI d 8.666/93 e art. 3º, I da 10.520/02).

7.1 -A proposta de preço – Envelope “A” – devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e apresentada na forma de Planilha de Proposta, de conformidade com o modelo constante no Anexo VII deste edital, OBSERVANDO-SE o valor mínimo de aquisição por lote, (art. 23, § 7º da 8.666/93), garantia por parte da proponente expressa na proposta de que entregará medicamentos com prazo de validade não inferior a dois anos, a capacidade de fornecimento e o prazo máximo de entrega de cada dos itens e o percentual mínimo de desconto de cada lote que deve ser 25% (vinte e cinco por cento), estabelecidos no Anexo III do presente edital.

7.2 -No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento do respectivo item cotado, entregue no local indicado no Anexo III deste edital.

7.3 -O proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registro e patentes ao objeto cotado.

7.4 -Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não se admitindo cotação em moeda estrangeira.

8 - PROCEDIMENTOS (art. 4º, incisos VI a XVII e XXI a XXII das 10.520/02).

8.1 - No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame (art. 4º, VI das 10.520/02).

8.2 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no presente edital (art. 4º. VII das 10.520/02).

8.3 - No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação da proposta de menor preço oferecido (art. 4º, VII da 10.520).

8.4 -Não havendo pelo menos 3(três) ofertas nas condições definidas no item**8.3**,poderão os autoresdas melhores propostas, até o máximo de 3(três), oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos (art.4º, IX da 10.520/02).

8.4.1- Em situações onde ocorrerem empates e o numero de oferta for maior que três, a interpretação será em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

8.5 -Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de tipo **MENOR PREÇO**, através do critério de julgamento de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE**,observando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos (art. 4º, X da 10.520/02).

8.6 -Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes que apresentarem as melhores propostas para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital (art. 4º, XII da 10.520/02).

8.7 -A habilitação far-se-á com a verificação de que os licitantes apresentaram a documentação exigida no item **6** deste edital. (art. 4º, XII e XIV da 10.520/02).

8.8 -Declarados os classificados será dada oportunidade a qualquer licitante para manifestar-se quanto à intenção de recorrer nos termos de art. 4º incisos XVIII a XX da Lei nº 10.520/02.

8.9-A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação das propostas sanar erros ou falhas que não alteram a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12-Deliberação da autoridade competente quanto à adjudicação ou eventual homologação, após a análise dos recursos interpostos.

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO (art. 40, VII da 8.666/93 e art. 4º, X da 10.520/02).

9.1- Para julgamento e classificação das propostas será adotado, pela ordem crescente dos **preços finais**, o critério de julgamento de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE** através do maior desconto na lista oficial de preços, editada pela empresa INDITEC para esta região,como base de referencia o mês de Maio de 2018, registrando os descontos das proponentes classificados por lote, na ordem de sua classificação.

9.2 -Será desclassificada a proposta de preço que: (art. 48, I e II da 8.666/93)

- a) cotar desconto inferior a 25% (vinte e cinco por cento) para os lotes 01 e 02;
- b) cotar desconto inferior a 10% (Dez por Cento) para o lote 03;

c) cotar valor unitário manifestante inexequível;

d) não atender às exigências contidas no presente edital.

10 - PREÇO MÁXIMO (art. 40, X da 8.666/93).

10.1 -O preço máximo a ser gasto em cada lote encontra-se indicado no Anexo I – Termo de referencia do presente edital.

11- PRAZOS E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 40, II da 8.666/93)

11.1 -O prazo máximo de validade do contato será 12 (doze) meses (art. 15, § 3º, III da 8.666/93).

11.2 -Os proponentes que tenham seus preços poderão ser convocados a firmar as contratações ou aceitar a ordem de fornecimento decorrente, no prazo de validade do Sistema, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da lei nº 8.666/93 (art. 64, caput da 8.666/93).

11.3 -O Município de Uniflor-PR, poderá, quando convocado o primeiro classificado e este não assinar o contrato ou não aceitar outro instrumento equivalente, convidar os classificados subsequentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas quantidades e condições proposta pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o edital de licitação, independente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 (art.64, § 2º da 8.666).

11.4 -Quando o primeiro classificado não assinar o contrato ou não aceitar **outro instrumento equivalente,** o classificado subsequente que aceitar a proposta do primeiro classificado fica obrigado a fornecer, nos termos do § 2º do artigo 64 da Lei nº 8.666/93, somente a quantidade proposta pelo classificado que se negou a firmar a contratação com a Administração (art. 23, § 7º da 8.666/93).

11.5 As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Exercício da despesa	Conta da Despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2018	394	08.01.2.036.3.3.90.30.00.00.00.00.00	01000
2018	395	08.01.2.036.3.3.90.30.00.00.00.00.00	0303
2018	444	08.01.2.048.3.3.90.30.00.00.00.00.00	0340
2018	443	08.01.2.048.3.3.90.30.00.00.00.00.00	0303

12- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 40, III da 8.666/93 e art. 7º da 10.520/02).

12.1 - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração: até 5% (cinco por cento) do valor contratual;
- b) pelo atraso na entrega, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da solicitação de despesa, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor das refeições não entregues;
- c) pela recusa em realizar a entrega, caracterizada em vinte dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor dos materiais;
- d) pela demora em substituir ou corrigir falhas do produto fornecido, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do produto, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos serviços não substituídos/corrigidos;
- e) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na entrega, entendendo-se como recusa a entrega não efetivada nos quinze dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da entrega rejeitada;
- f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

12.2 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV do subitem 10.1.:

I - pelo descumprimento do prazo de entrega;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste contrato.

12.3 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

12.4 - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

12.5. Na aplicação das penalidades prevista neste contrato, a contratante considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

13- CRITÉRIOS DE REAJUSTE (art. 40, XI da 8.666/93).

13.1 - Os preços constantes na proposta original, não serão reajustados, salvo de alteração nas condições desta (Lei 8.880, de 27/05/94 em especial os arts. 12, 12, 13 e 14 e Lei nº 9.196, de 29/06/95).

13.2 – No interesse da administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

13.3- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (art.65, II, § 5º da 8.666/93).

13.4- Poderão as partes rever as condições das propostas, no que se refere ao equilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, em face de superveniência de norma federal, estadual ou municipal aplicável à espécie (art. 65, II, “d” da 8.666/93).

14- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 40, XIV da 8.666/93).

14.1 -Os pagamentos serão efetuados em até 30(trinta) dias após o faturamento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pelo **Município de Uniflor-PR**(art. 40, XIV, “a” da 8.666/93).

14.2 -A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

15- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO E FISCALIZAÇÃO(art. 40, XVI e 73, II da 8.666/93).

15.1 -Os bens objeto do fornecimento deverão ser entregues de forma fracionada e após solicitação no prazo máximo de 1(um) dia na **Unidade Básica de Saúde do Município**. As empresas que por ventura não estejam localizados no âmbito do município de **Uniflor-PR**, deverá fornecer os medicamentos em qualquer quantidade solicitada no local e no prazo indicado acima, sem que ocorra qualquer ônus ao Município de **Uniflor-PR**, nos seguintes termos:

- a) Com um prazo máximo de 1(um) dia, mediante solicitação formal, por se tratar de medicamentos destinados a pacientes os quais fazem uso de medicamentos não contidos na rede básica a pronta entrega.

15.2 Durante a vigência deste pregão, o contrato de execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Diretor municipal de saúde, José Marcelino dos Santos.

16-RECURSOS (art. 40, XV da 8.666/93 e art. 4º, XVIII, XIX e X da 10.520/02).

16.1 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos seguintes termos:

16.1.1 -declarados os classificados, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03(três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos outros (art. 4º, XVIII da 10.520/02).

16.1.2 -o acolhimento de recursos importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (art.4º, XIX da 10.520/02).

16.1.3 -a falta de manifestação e motivada do licitante imposterá a decadência do direito de recurso (art. 4º, XX da 10.520/02).

17 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

18- DISPOSIÇÕES GERAIS (art. 40, VIII da 8.666/93).

18.1 -Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis e dos princípios gerais de direito.

18.2 -Para as reuniões da presente licitação será admitida a participação ativa de apenas um representante do proponente.

18.3 –A Pregoeira poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgar necessário, sendo vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente das propostas (art. 43, § 3º da 8.666/93).

18.4 -O Município de Uniflor-PR, se reserva o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente a presente licitação, de acordo com o estatuído no artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

18.5 -Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas por fax.

18.6 - Esclarecimentos relativos á presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhados a Pregoeira, Gabriela Merenda Grandizoli, no endereço Avenida das Flores, 118, Centro, Uniflor-PR,Fone: (44) 3270-1150.

18.7 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e proponentes presentes.

19- ANEXOS DO EDITAL (art. 40 § 2º da 8.666/93).

19.1 -Integram o presente edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Descrição dos lotes e outras informações
- b) Anexo II – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos Habilitatórios.
- c) Anexo III –.Modelo de carta de credenciamento.
- d) Anexo IV – Modelo de declaração de Idoneidade.
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Conhecimento das Características do Pregão.
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Observância ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- g) Anexo VII – Modelo de Planilha de Proposta.
- h) Anexo VIII – Minuta de Contrato

Uniflor-PR, 09 de Maio de 2018.

Gabriela Merenda Grandizoli
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº.35/2018

Objeto - A presente licitação tem por objeto a para seleção de propostas no sentido de contratar empresa para futura e eventual fornecimento de medicamentos de A a Z, sendo esses medicamentos classificados como similares, Genéricos e Éticos, constantes na lista oficial de preços, editada pela empresa INDITEC para esta região, regulamentada pelo Ministério da Saúde, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL R\$	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO DE ENTREGA	DESCONTO (%)
01	Medicamentos similares	R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)	Unidade Básica de Saúde	1(um) dia após solicitação.	Desconto mínimo de 25%
02	Medicamentos Genéricos	R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)	Unidade Básica de Saúde	1(um) dia após solicitação.	Desconto Mínimo de 25%
03	Medicamentos éticos	R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)	Unidade Básica de Saúde	1(um) dia após solicitação.	Desconto Mínimo de 10%

– A proposta de preço, Envelope “A”, DEVERÁ estar devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborado considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e apresentada na forma de Planilha de Proposta, de conformidade com o modelo constante no Anexo VII deste edital.

- O valor mínimo de aquisições por lote, (art. 23, § 7º da 8.666/93), garantia por parte da proponente expressa na proposta de que entregará medicamentos com prazo de validade não inferior a dois anos, a capacidade de fornecimento, o prazo máximo de entrega de cada dos itens e o percentual mínimo de desconto para cada lote, estabelecidos no Anexo I do presente edital. As propostas que não apresentarem todos os requisitos solicitados será desclassificado.

- Os quantitativos totais expressos neste anexo, são estimados e representa a previsão do Departamento requisitante, pela prazo de 12 (doze) meses.

- Os medicamentos serão entregues de forma fracionada e após 1(um) dia da solicitação, conforme a necessidade, por um período de 12 (doze) mese, reservando-se ao município, o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade do valor contratado, sendo que a não utilização dos recursos previstos na gera qualquer direito ao fornecedor, seja de que natureza for, inclusive indenizatório.

- Constatadas irregularidades nos medicamentos, o Município poderá:

- a) no que diz respeito á especificação ou defeitos, rejeita-los no todo, determinando sua substituição ou rescidindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substiuição, o fornecedor deverá faze-la em conformidade com a indicação na administração, mantido o preço inicialmente contratado.
- c) no que dia respeito a diferença das características dos medicamentos, determinar sua complementação ou rescidindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) na hipótese de complementação, o fornecedor deverá faze-la em conformidade com a indicação do município, mantido o preço inicialmente contratado.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
HABILITATORIOS**

A PREGOEIRA

MUNICÍPIO DE UNIFLOR-PR.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2018

O representante legal da empresa _____, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO Nº. **35/2018**, instaurada pela prefeitura de Uniflor-PR, declara para fins de direitos que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.

_____, em _____ de _____ de 2018.

Nome, Assinatura e Carimbo da Proponente

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2018

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a)....., PORTADOR (A) DA Carteira de Identidade sob nº....., e CPF sob nº, a participar do procedimento, sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº **35/2018**, instaurado por esta Prefeitura.

Na qualidade de representante legal da Empresa....., outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Por ser a máxima expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2018.

Nome, Assinatura e Carimbo da Proponente

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2018

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO Nº **35/2018**, instaurada por esta Prefeitura, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2018.

Nome, Assinatura e Carimbo da Proponente

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DO PREGÃO
PRESENCIAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº **35/2018**

_____ **(proponente)**

A

Pregoeira

Município de Uniflor-PR.

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO Nº **35/2018**, instaurado por essa Prefeitura, que temos conhecimento de todas as características do pregão do Município de Uniflor-PR.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2018.

Nome, Assinatura e Carimbo da Proponente

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
ANEXOVI

DECLARAÇÃO DE OBSERVANCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO
7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. **35/2018**.

_____ (Nome da proponente)

A

Pregoeira

Município de Uniflor-PR.

A proponente abaixo assinada, participante da licitação PREGÃO nº. **35/2018**, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º8.666/93, de 21 junho de 1993 e demais legislação pertinente, que, nos termos de §6º do artigo 27 da Lei n.º6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2018.

Nome, Assinatura e Carimbo da Proponente

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
ANEXO VII
PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

REF - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2018

A
PREGOEIRA
MUNICÍPIO DE UNIFLOR-PR.

A empresa _____, estabelecida à _____ nº _____, município de _____, Estado _____, CNPJ sob o nº _____, apresenta a sua proposta comercial relativa à licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº **35/2018**, conforme edital de licitação e seus anexos, nas seguintes condições:

Lote nº _____

Descrição do objeto proposto (marca (se houver), características, etc) _____

Percentual de desconto Proposto: _____

Garantia expressa de validade não inferior a dois anos: _____

Capacidade de fornecimento: _____

Lote nº _____

Descrição do objeto proposto (marca (se houver), características, etc) _____

Percentual de desconto Proposto: _____

Garantia expressa de validade não inferior a dois anos: _____

Capacidade de fornecimento: _____

Lote nº _____

Descrição do objeto proposto (marca (se houver), características, etc) _____

Percentual de desconto Proposto: _____

Garantia expressa de validade não inferior a dois anos: _____

Capacidade de fornecimento: _____

As condições de pagamento e demais são as constantes nos anexos e no edital de licitação na modalidade PREGÃO Nº **35/2018**.

_____, _____ de _____ de 2018.

Nome, Assinatura e Carimbo da Proponente

ATENÇÃO: Este anexo (Minuta do Contrato) é para simples conhecimento dos licitantes, não sendo necessário o seu preenchimento no momento da abertura da licitação.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2018
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2018**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE UNIFLOR E A EMPRESA

.....

O MUNICÍPIO DE UNIFLOR (PR), com sede na Avenida das Flores, 118, CNPJ nº 76.279.975/0001-62, fone (44) 3270-1150, neste ato representado pelo Prefeito do Município, portador do CPF nº, residente e domiciliado nesta cidade, de acordo com suas atribuições legais que lhe confere, Doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, sito a, na cidade, Estado, inscrita no CNPJ/MF sob. nº, neste ato representado, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº, e inscrito no CPF sob o nº seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação de modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Nº/2018, DO TIPO MENOR PREÇO, com critério de julgamento de maior percentual de desconto por lote, nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Licitação supra mencionado, pelos termos da proposta da CONTRATADA e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O presente Contrato tem objeto a seleção de propostas no sentido de contratar empresa para futura e eventual fornecimento de medicamentos de A a Z, sendo esses medicamentos classificados como similares, Genéricos e Éticos, constantes na lista oficial de preços, editada pela empresa INDITEC para esta região, regulamentada pelo Ministério da Saúde, destinados à Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação Modalidade Pregão Presencial nº/2018, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.

§ 2º Integram este contrato, o Edital de Pregão Presencial – nº .../2018, e seus anexos, proposta de preços escrita, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

§ 3º Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de correspondência devidamente protocolada.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS:

As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666/93, ao Edital de Licitação, na modalidade Pregão Presencial nº/2018, e às cláusulas expressas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato:

- I. Entregar o objeto no prazo estabelecido pela Administração Pública Municipal;
- II. Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;
- III. Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
- IV. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- V. Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade do objeto;
- VI. Cumprir todas as especificações previstas no Edital de Pregão Presencial nº/2018, que deu origem ao presente instrumento.

Constituem obrigações do CONTRATANTE além das demais previstas neste Contrato:

- I. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo.
- II. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;
- III. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;
- IV. Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V. Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

VI. A fiscalização de que trata o inciso V não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA:

Após assinatura deste instrumento os medicamentos deverão ser entregues conforme solicitação e após 1(um) dia no máximo de prazo, para a entrega dos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO:

No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

§ 1º A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de entregar o objeto de acordo com o solicitado.

§ 2º Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a Fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

§ 3º A fiscalização por parte do CONTRATANTE, atribuída esta função para o Departamento de Saúde do Município, através do Diretor José Marcelino dos Santos, e não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

CLAUSULA SETIMA – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta da dotação específica à saber:

Exercício da despesa	Conta da Despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2018	394	08.01.2.036.3.3.90.30.00.00.00.00	01000
2018	395	08.01.2.036.3.3.90.30.00.00.00.00	0303
2018	444	08.01.2.048.3.3.90.30.00.00.00.00	0340
2018	443	08.01.2.048.3.3.90.30.00.00.00.00	0303

CLÁUSULA OITAVA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:.

O valor referente ao objeto deste contrato é de R\$ (.....), conforme abaixo discriminado:

Lote	Especificação	Valor R\$	Local de entrega	Prazo de entrega	Desconto oferecido na Tabela Inditec

§ 1º O pagamento à empresa contratada, será efetuado mensalmente, em até 10(dez) dias após a entrega das mercadorias, mediante apresentação de Nota Fiscal que deverá ser emitida em nome do Município de Uniflor, Estado do Paraná, CNPJ nº: 76.279.975/0001-62, As notas e documentos fiscais deverão ser entregues no Setor de Tesouraria da Prefeitura.

§ 2º Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

O pagamento à licitante vencedora será efetuado pelo Setor de Tesouraria do Município de Uniflor, após a entrega, bem como encaminhamento de nota fiscal ao referido setor, e ainda após a verificação pelo setor responsável a apresentação e regularidade de todas as certidões solicitadas para habilitação da licitante ao processolicitatório.

CLÁUSULA NONA – CRITÉRIO DE REAJUSTE:

Parágrafo Primeiro- O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação, não sofrerá reajuste pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA:

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado do objeto deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas às seguintes cominações, cumulativamente ou não:

I - advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

a) pela recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato/ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração: até 5% (cinco por cento) do valor contratual;

b) pelo atraso na entrega, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da solicitação de despesa, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos medicamentos não entregues;

c) pela recusa em realizar a entrega, caracterizada em vinte dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor dos medicamentos;

d) pela demora em substituir ou corrigir falhas do medicamento fornecido, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do medicamento, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos serviços não substituídos/corrigidos;

e) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas na entrega, entendendo-se como recusa a entrega não efetivada nos quinze dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor da entrega rejeitada;

f) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre

que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

- Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos incisos III e IV:

I - pelo descumprimento do prazo de entrega;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste contrato.

- Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

- As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Na aplicação das penalidades prevista neste contrato, a contratante considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO:

A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o presente Contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77, 78, incisos I a XII e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 devidamente atualizadas.

§ 1º A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

§ 2º Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES:

O presente Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos nos Diplomas Legais pertinentes à matéria.

Parágrafo único. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado de fechamento do pregão, obedecido o disposto no § 1º. do artigo 65 da Lei Federal nº. 8666/93, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Uniflor (Pr), de de 2018

CONTRATANTE

CONTRATADA

Prefeito Municipal

CNPJ n°

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF n°

Nome:
CPF n°